

A Educação Inclusiva: buscando caminhos entre limites e possibilidades na Universidade

Inclusive education: searching for alternatives between limitations and possibilities in the university

Célia Maria Onofre Silva¹



Resumo

O presente artigo discute a Educação Inclusiva na Universidade e reafirma a importância estratégica de ações pedagógicas integradoras no âmbito da sala de aula, tendo como referencial teórico estudos desenvolvidos através de pesquisa bibliográfica. Evidencia o papel profissional do professor no mundo contemporâneo, suas concepções e crenças a respeito do ensino-aprendizagem na perspectiva da diversidade, acessibilidade e inserção social. Reflete também sobre modificações relacionadas ao currículo, práticas pedagógicas e sistemas de avaliação para que se tornem mais inclusivos, com o intuito de fazer com que os alunos portadores de necessidades educacionais especiais se sintam integrados e permaneçam na Universidade. Ressalta a necessidade de uma equipe de apoio coordenadora dos trabalhos em direção à educação inclusiva. Apresenta alguns indicadores na busca de caminhos que possam minimizar os limites e elevar as potencialidades da Universidade como promotora do desenvolvimento humano e profissional. Analisa as contribuições de COLL (2003), MITTLER (2003), COLL; MARCHESI; PALACIOS (2004) no âmbito da educação inclusiva, e ressalta a importância de suas reflexões sobre a necessidade de práticas educativas coerentes com princípios pedagógicos integradores.

Palavras-chave: **Educação inclusiva. Equipe de apoio. Diversidade. Ensino-aprendizagem.**

Abstract

This article discusses inclusive education in the university and emphasizes the strategic importance of integrating pedagogical actions taken in the classroom, based on bibliographical research. It shows the professional role of the instructor/teacher in contemporary world, his/hers conceptions, beliefs and values about teaching-learning in the perspective of diversity, accessibility and social insertion. It also reflects upon curricular changes, pedagogical practices and evaluation systems to improve inclusion, aiming to make students with special needs to feel integrated and remain in the university. The article also points out the need for a support team and presents some indicators to minimize limitations and improve potentialities in the university spectrum. It analyzes the contributions of COLL (2003), MITTLER (2003), COLL, MARCHESI, PALACIOS (2004) for inclusive education and stresses the importance of their thoughts about the need for education practices accordingly with integrating pedagogical principles.

Keywords: **Inclusive education. Support team. Diversity. Teaching-learning.**

Introdução

A inclusão é uma visão, uma estrada a ser viajada, mas uma estrada sem fim, com todos os tipos de barreiras e obstáculos, alguns dos quais estão em nossas mentes e em nossos corações (MITTLER, 2003, p. 21).

Estas palavras despertam a nossa consciência para o longo e difícil caminho a ser percorrido na

Universidade na conquista de uma educação inclusiva e, ao mesmo tempo, nos sensibilizam na função de educadora para o compromisso que o ensino-aprendizagem exige em nossos dias: mobilizar não apenas nossas capacidades cognitivas, mas, essencialmente, as afetivas e motivacionais. Essa difícil tarefa, reflexo da imensa complexidade do assunto, tem desafiado os educadores contemporâneos, pois implica um repensar constante de concepções e crenças a

¹ Doutora em Educação (UFC). Mestre em Educação em Saúde (UNIFOR). Professora Titular da Universidade de Fortaleza – UNIFOR. Membro da Equipe do PAP (Programa de Apoio Psicopedagógico) da Unifor. Leciona disciplinas na área do Desenvolvimento, Aprendizagem e Gestão Educacional.

respeito dos processos de ensino e de aprendizagem, o que pode remeter a muitos aspectos relacionados a mudanças no currículo, nas práticas pedagógicas e nos sistemas de avaliação.

O problema subjacente a este artigo diz respeito à inclusão como um processo contínuo de mudanças institucionais, mais sobretudo de mudanças significativas no interior da sala de aula. A atuação dos professores na Universidade com práticas educativas mais inclusivas, o que significa aceitarem a responsabilidade quanto à aprendizagem dos seus alunos, considerando a diversidade de potencialidades existentes na sua sala de aula, constitui atualmente um problema educacional. A inclusão depende não somente de uma reforma do pensamento e da escola, mas também de uma formação inicial e continuada dos professores que possa torná-los capazes de conceber e de ministrar uma educação que reconheça e respeite as diferenças individuais e culturais e valorize a pluralidade das manifestações cognitivas, sociais e afetivas. A construção de uma nova ética escolar, advinda de uma consciência ao mesmo tempo individual e social, se impõe nos dias atuais como princípio da educação inclusiva em seu sentido mais pleno.

Trabalhamos com a hipótese de que a educação inclusiva requer um potencial instalado, cientificamente preparado, e a constituição de uma equipe de apoio aos professores e alunos na busca de caminhos que tornem a educação inclusiva um processo em construção, através de um trabalho compartilhado e solidário.

Nesse sentido, acreditamos que “ninguém pode ser excluído de ser capacitado para a inclusão. Todos têm algo a aprender sobre ela [...] a inclusão não é apenas uma meta que pode ser alcançada, mas uma jornada com um propósito” (MITTLER, 2003, p. 183).

A partir dessas reflexões definimos como objetivo deste trabalho: sensibilizar os educadores no sentido de contribuírem para que os alunos portadores de necessidades educacionais especiais não apenas tenham acesso à Universidade, mas, sobretudo, possam permanecer nela integrados socialmente, na medida em que os educadores, promovendo mudanças significativas na sala de aula, possam tornar a Universidade mais responsiva às necessidades individuais dos seus alunos.

A Educação Inclusiva e a Universidade

O objetivo da educação inclusiva permeia a política educacional e a política social no mundo contemporâneo como reflexo do modelo de uma sociedade em ação, o que afeta profundamente a política, as práticas e as atitudes das pessoas. As políticas públicas nacionais, através da legislação pertinente à educação, têm expressado um forte compromisso com um sistema educacional mais inclusivo. O movimento em direção a políticas inclusivas em todo o mundo reflete a possibilidade de garantir o acesso e a participação de todos os alunos em todas as possibilidades de oportunidades oferecidas pela instituição educacional e de impedir a segregação e o isolamento.

Essa política foi planejada para beneficiar todos os alunos, incluindo aqueles pertencentes a minorias lingüísticas e étnicas, aqueles com deficiência ou dificuldades de aprendizagem, aqueles que se ausentam constantemente das aulas e aqueles que estão sob o risco da exclusão (MITTLER, 2003, p. 25).

O conceito de educação baseado em diretrizes inclusivas está direcionado para a remoção dos obstáculos existentes à participação na vida em sociedade das pessoas portadoras de deficiências e para um ensino que leve em conta os padrões individuais e sociais da aprendizagem. Também reflete a idéia de modificações significativas nos ambientes de aprendizagem escolar e no papel profissional dos educadores no intuito de fazer com que os alunos portadores de necessidades educacionais especiais sejam capazes de permanecer nas instituições educacionais regulares em todos os níveis de ensino.

A inclusão implica uma reforma radical nas escolas em termos de currículo, avaliação, pedagogia e formas de agrupamento dos alunos nas atividades de sala de aula. Ela é baseada em um sistema de valores que faz com que todos se sintam bem-vindos e celebra a diversidade que tem como base o gênero, a nacionalidade, a raça, a linguagem de origem, o background social, o nível de aquisição social ou a deficiência (MITTLER, 2003 p. 34).

No âmbito da Universidade, é importante refletir e debater sobre a questão da inclusão e suas concepções, valores e crenças atuais, na medida em que a Universidade cumpre sua função social como instituição formadora, colocando no centro da sua discussão a necessidade de um ensino adaptativo, tendo em vista a diversidade de alunos, e, ao mesmo tempo, favorecendo práticas de avaliação com enfoque inclusivo (COLL et al, 2003).

De acordo com Coll (et al 2004), o conceito de diversidade está relacionado ao fato de que todos os alunos têm necessidades educativas individuais próprias e específicas, sendo que nem toda necessidade individual é especial. Embora algumas necessidades individuais dos alunos possam ser atendidas na sala de aula, utilizando-se estratégias diversas de ensino, ou dando-se maior tempo para aprendizagem de determinados conteúdos etc., em alguns casos é necessário pôr em prática uma série de ajudas, recursos e medidas pedagógicas especiais, diferentes das que requer a maioria dos alunos. Nesses casos, os professores estão lidando com os alunos portadores de necessidades educacionais especiais e o atendimento de suas dificuldades de aprendizagem requer modificações que facilitem e favoreçam o desempenho desses alunos.

O conceito de necessidades educativas especiais implica que os grandes objetivos da educação devem ser os mesmos para todos os alunos, de modo a assegurar a igualdade de oportunidades e a futura inserção na sociedade (COLL et al 2004, p. 291).

Assim, para assegurar a qualidade do ensino-aprendizagem e a igualdade de oportunidades a todos os alunos é necessário que a Universidade, como toda instituição educacional, reflita a respeito da educação na diversidade e planeje de forma conjunta uma resposta à diversidade. Naturalmente, a resposta à diversidade, como todo processo de inovação educacional, segundo o mesmo autor, afeta a globalidade do ambiente educacional e implica questionar a prática educativa tradicional e introduzir mudanças substanciais nela.

O ensino tradicional esteve sempre centrado na satisfação das necessidades educativas comuns e, portanto, sempre buscou objetivos em função do enganoso e inexistente “aluno médio”, sem uma preocupação com a diversidade ou com as diferenças individuais na sala de aula, e, dessa forma, os alunos que não conseguem alcançar os objetivos traçados são segregados das mais variadas formas. Nesse contexto, o planejamento educacional estabelece nos mínimos detalhes as decisões sobre o quê, como e quando ensinar e avaliar, sem levar em conta que os processos de ensino e de aprendizagem ocorrem em ambientes bastante diversos. Por outro lado, os currículos tradicionais estão mais preocupados com o desenvolvimento de capacidades cognitivas, de conteúdos conceituais, esquecendo outras capacidades

igualmente essenciais para o desenvolvimento integral e da inserção do aluno na sociedade.

A Equipe de apoio na Universidade

A discussão da inclusão tem buscado uma resposta a questões relacionadas ao ensino-aprendizagem e gerado currículos abertos e flexíveis que permitem atender o duplo desafio da compreensibilidade e da diversidade, na esperança de minimizar as dificuldades de aprendizagem, as repetências, absenteísmo e fracasso no desempenho escolar. Essas mudanças têm causado temores e inseguranças entre os professores, e devem ser discutidas coletivamente para que se tomem decisões compartilhadas a partir de experiências vivenciadas no espaço da sala de aula e fora dela.

A experiência demonstra que a resposta à diversidade e à educação dos alunos com necessidades educativas especiais deve ser um projeto da escola, e não de professores isolados, já que um dos fatores de êxito da integração está em que ela seja debatida amplamente e assumida por toda a comunidade educacional (Coll et al 2004, p. 292).

É essencial, em cada instituição educacional, a nomeação de uma equipe coordenadora desse trabalho como apoio aos professores, tanto subsidiando com referencial teórico quanto auxiliando em sua prática pedagógica, possibilitando o alcance dos objetivos educacionais inclusivos. Os profissionais da educação, na função de catalizadores e facilitadores do processo ensino-aprendizagem, devem contribuir para que todos os alunos tenham acesso ao currículo global e a todas as possibilidades de experiências oferecidas pela instituição formadora. “A essência da inclusão é que deve haver uma investigação sobre o que está disponível para assegurar aquilo que é relevante e acessível a qualquer aluno” (MITTLER, 2003 p. 27).

O ponto de partida da equipe de apoio, coordenadora dos trabalhos direcionados ao caminho da educação inclusiva, na visão do autor citado anteriormente, deve ser a sala de aula e os professores, que, com certeza, já oferecem apoio como parte de sua prática cotidiana. Isso significa que o ambiente natural de aprendizagem, a sala de aula, deve assegurar que todos os alunos participem, o máximo possível, da aula, que tenham oportunidades para interagir com o professor e entre si e que alcancem um rendimento satisfatório.

Uma forma de apoio vem de estruturas que permitem aos professores apoiarem-se mutuamente. Como resposta à diversidade, esta requer um trabalho com a colaboração de todos os envolvidos no processo educacional: professores, pais de alunos, profissionais de apoio e recursos da comunidade educacional. A forma como se organizam as equipes de apoio é bastante variada, dependendo da cultura institucional e das necessidades e prioridades definidas. Os apoios mais frequentes são organizados em torno de equipes psicopedagógicas e interdisciplinares. Na visão de *Coll et al* (2004), o essencial não é a forma como se organizam essas equipes ou as funções que lhes são atribuídas, mas sim o modelo que orienta sua intervenção.

Contar com um modelo proporciona uma base de referência que permite identificar quando se está diante ou não de um problema, interpretar e elaborar possíveis soluções para esses problemas, ajustar expectativas a respeito do que pode fazer o assessor ou especialista, definir as finalidades e os âmbitos de intervenção e deixar claro o tipo de relação que se vai estabelecer. É fundamental que todos os profissionais que desempenham funções de apoio especializado e os professores compartilhem o mesmo modelo de intervenção para assegurar a continuidade e a coerência do processo educacional dos alunos e o entendimento entre todos os profissionais. As funções e as tarefas relacionadas com a intervenção psicopedagógica ou especializada, seja qual for o seu caráter, inscrevem-se em uma série de eixos conceituais básicos que as englobam e dão significado: a natureza de seus objetivos, a modalidade da intervenção, o âmbito preferencial e o estilo da intervenção (COLL et al, 2004 p. 305).

Desse modo, a partir de uma linha condutora que orienta o caminho da inclusão, os profissionais que desempenham funções de apoio e de assessoramento devem contribuir para a melhoria da qualidade do ensino, oferecendo sua especialização em certos âmbitos de conhecimento. Os professores no espaço de sua docência devem conhecer bem as possibilidades de aprendizagem dos alunos, os fatores que a favorecem e as necessidades mais específicas deles. Tudo isso pode ser favorecido por uma interação e comunicação intensas, uma observação constante de seus processos de aprendizagem, ajudando os alunos a construírem aprendizagens significativas.

Aprendizagem significativa é aquela que atribui um sentido pessoal às experiências de aprendizagem

e estabelece relações substanciais entre as novas aprendizagens e o que as pessoas já sabem. Isso implica que compreendam não apenas o que têm de fazer, mas também por que e para quê. Outro fator essencial é que tenham a auto-estima fortalecida, de modo a sentirem que podem ter êxito em sua aprendizagem, particularmente quando têm dificuldades ou uma história de fracasso. Trata-se de encorajar o esforço, não apenas o resultado.

Algumas sugestões construídas a partir dos estudos realizados para a elaboração deste trabalho são oferecidas aos professores na forma de indicadores que possibilitem estimular capacidades cognitivas e sócio-emocionais dos envolvidos no processo educativo. De acordo com *Coll et al* (2004), podem ser considerados como meios que ajudam na consecução dos objetivos da educação inclusiva:

- a) Utilizar estratégias metodológicas diversificadas que permitam ajustar a ajuda pedagógica às diferentes necessidades, aos estilos de aprendizagem e aos processos de construção de cada aluno.
- b) Utilizar estratégias de aprendizagem cooperativa na concepção de que os alunos aprendem também com seus colegas. Essas estratégias podem ter efeitos positivos no rendimento acadêmico, na auto-estima, nas relações sociais e no desenvolvimento pessoal.
- c) Oferecer experiências e atividades diversificadas que permitam trabalhar determinados conteúdos com diversos graus de complexidade, podendo propor várias atividades para trabalhar um mesmo conteúdo.
- d) Abrir a possibilidade de que os alunos escolham entre diferentes atividades e decidam a forma de realizá-la, contribuindo para uma aprendizagem autônoma e criativa.
- e) Dar oportunidades para que os alunos pratiquem e apliquem de forma autônoma o que aprenderam.
- f) Organizar o espaço de sala de aula de forma que seja agradável e facilite a autonomia do aluno, criando um clima de respeito às diferenças individuais, de solidariedade e amizade na turma.

- g) Utilizar procedimentos de avaliação diversificados que se adaptem a diferentes estilos, capacidades e possibilidades de expressão dos alunos.
- h) Expor aos alunos os critérios de avaliação mediante os quais suas produções serão avaliadas, para que possam ter uma melhor orientação nas suas construções, alcançando um rendimento acadêmico satisfatório.
- i) Promover uma avaliação coerente com os princípios pedagógicos da educação inclusiva, re-significando o processo avaliativo tradicional. Isso implica que, uma vez concluída a avaliação, o professor pode fazer a análise e a síntese da informação obtida para determinar quais são as necessidades educativas específicas do aluno. O levantamento de tais necessidades constitui o elo entre o processo de avaliação e a resposta educativa.

Considerando que os indicativos acima apresentados possam ser objeto de reflexão por parte dos professores e de orientação à sua ação pedagógica, há muito ainda a se desvelar no caminho da educação inclusiva. Uma vez que a experiência docente faça da inclusão a sua proposta educativa, possivelmente serão minimizadas as barreiras nesse processo e ampliadas as possibilidades e potencialidades existentes na Universidade.

Considerações Finais

No campo da educação, a inclusão está atualmente no foco da discussão que envolve um processo de reforma e de reestruturação das instituições educacionais. A inclusão educativa, no sentido de garantir a acessibilidade a todas as gamas de oportunidades educacionais e sociais oferecidas a todos os alunos, deve impedir a segregação e o isolamento na sala de aula.

A educação inclusiva reflete um modelo social que propõe modificações significativas no ambiente de aprendizagem e no papel profissional do professor. O seu objetivo é fazer com que os alunos portadores de necessidades educacionais especiais sejam capazes de permanecer nas instituições educacionais regulares.

A educação inclusiva representa, de fato, uma mudança no pensamento, nos valores e atitudes dos que fazem a Universidade e, também, dos que integram os diversos setores da sociedade, porque subjacente

à filosofia da inclusão está aquele aluno ou aquele ser humano ao qual se oferece o que é necessário, reconhecendo-se as diferenças individuais e a riqueza da diversidade no âmbito educacional e social.

A diversidade na perspectiva da educação inclusiva entende que os desempenhos dos indivíduos estão relacionados a uma pluralidade de variáveis, havendo uma história pessoal de cada um que deve ser considerada pelas instituições educacionais.

A educação inclusiva é sensível ao compreender que certos métodos de ensino e processos de avaliação são favoráveis a alguns alunos, mas podem ser contraindicados a outros, e que a uniformidade do ensino só pode levar ao agravamento das desigualdades e da exclusão no âmbito educacional. Daí a necessária pluralidade dos auxílios pedagógicos e das práticas educativas.

A educação inclusiva começa com as experiências cotidianas dos alunos na sala de aula. São elas que definem a qualidade da participação e a acessibilidade às oportunidades educacionais oferecidas ao aluno que possam ser favorecedoras da sua inserção social.

A Universidade, na qualidade de agência formadora, além de produzir conhecimento, tem ainda a responsabilidade de qualificar os profissionais em cursos de formação tanto inicial quanto continuada, no intuito de atender às demandas de uma sociedade inclusiva.

A própria Universidade deve ser um espaço inclusivo, um espaço de todos e para todos, espaço esse que deve atender e entender a diversidade humana, visando à promoção da inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais. Na busca de superar seus próprios limites, a Universidade poderá descobrir suas possibilidades e potencialidades que tornarão a educação inclusiva promotora do desenvolvimento humano.

Referências

- COLL, César. **Psicologia da aprendizagem no ensino médio**. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús. **Desenvolvimento psicológico e educação: transtornos do desenvolvimento e necessidades educativas especiais**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.